

Brasil pagará os juros, sem recessão

Nélio Rodrigues



Funaro leva amanhã seu novo plano econômico ao PMDB

O programa de ajustes da economia para os próximos quatro anos, que será apresentado amanhã pelo ministro da Fazenda, Dilsen Funaro, às bancadas do PMDB na Câmara e no Senado, em linhas gerais, tem como base o seguinte ponto: o Brasil está disposto a renegociar sua dívida, voltando a pagar os juros, quando houver garantias de que continuará crescendo, mas sem recessão. A contrapartida do governo é a garantia de estabilização da economia, através do controle da inflação, com medidas internas, voltadas para a redução do déficit público e estabilização dos preços e salários.

Para atingir os resultados desejados com relação ao programa de refinanciamento da dívida externa, o plano a ser apresentado por Funaro — primeiro aos políticos do PMDB, depois aos credores na reunião do Comitê Interino do FMI, em Washington — prevê algumas metas como:

Nos próximos anos o governo pretende administrar a economia para que ela apresente índices anuais de crescimento entre 5 e 7%, inclusive este ano. Para isso será fundamental que haja uma redução das transferências líquidas de recursos para o exterior para, no máximo, 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB), que representam de 10 a 12% da poupança interna. Nos últimos dois anos o Brasil transferiu cerca de US\$ 24 bilhões, o que representou 22% da poupança interna. O governo também acha fundamental a redução do pagamento dos juros internacionais reais ao ano de 4%.

Para sustentar este crescimento, o Brasil precisará, nos próximos quatro anos, de novos financiamentos externos. Para 1987, o país precisará de US\$ 4 bilhões.

O governo já deixou clara a necessidade de implementar as exportações do país para garantir também o aumento das importações. Esta indicação é depreendida pela meta de superávits prevista para os próximos anos. Ela começará com US\$ 8 bilhões em 1987, crescendo gradativamente nos outros três anos. Segundo o diretor da Cacex, as medidas lançadas com a reativação do Conselho Nacional do Comércio Exterior permitirão a duplicação dos saldos mensais no próximo trimestre e que se atinja

US\$ 1 bilhão, a cada mês, durante o segundo semestre deste ano. Os saldos crescentes da balança comercial resultarão do crescimento das exportações em ritmo maior do que das importações. Mas para 1987, as importações deverão apresentar um crescimento de 10% e as exportações apenas 6%.

Em telex que o ministro da Fazenda enviou na semana passada aos bancos credores, solicitando a renovação das linhas de crédito de curto prazo, ele destacou que o processo inflacionário já deu sinais de franco desaquecimento, após a subida verificada nos três últimos meses, em decorrência das medidas do Cruzado II. Até o final deste semestre a previsão é a de que a inflação se situe entre 12 e 14 por cento. Concluído o processo de realinhamento dos preços, prevê-se uma queda entre 8 e 9% e, neste caso, a inflação média anual deverá ficar, este ano, em 200 ou 220%. Para os assessores de Funaro, este nível é «administrável».

O Ministério da Fazenda acha impossível zerar o déficit público, pois somente este setor tem, no momento, condições de implementar os investimentos nos setores de base. Dados do ministério demonstram que o setor de bens de capital cresceu cerca de 30% em 86 e o de bens duráveis atingiu 28%. Mesmo assim, Funaro ressaltará aos parlamentares e aos credores a necessidade de reduzir o déficit público e cortar subsídios e incentivos fiscais. Como ainda não é possível zerar o déficit público, fica descartada a idéia de usar a OTN como uma nova moeda.

Para as tarifas públicas, o ministro não apresentará regras específicas, pois elas serão administradas de acordo com as necessidades e os custos das empresas estatais. No curto prazo, a previsão é a de que os preços continuarão em «liberdade vigiada», com excessão dos oligopólios e monopólios que continuarão sendo controlados pelo CIP, Seap e Sunab. Enquanto prosseguir o processo de realinhamento de preços, o gatilho salarial estará assegurado, segundo já deixou claro o ministro Dilsen Funaro. Segundo ele, mesmo quando o trabalhador tinha um reajuste trimestral, numa conjuntura de 200% de inflação, ele perdia 25% ao ano no seu poder aquisitivo. Hoje, com o gatilho, a maior perda que ele pode ter é de 10%.